

TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS FRENTE ÀS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO SÉCULO XXI

O lançamento de cada nova edição de um periódico é atravessado por sentimentos diversos e a publicação da edição 2018-2, da Revista Sociedade em Debate não é diferente. Há um sentimento de alegria ao perceber a colaboração dos autores e pareceristas, possibilitando publicar artigos oriundos de várias regiões do país, evidência do alcance nacional da revista que se amplia a cada edição, concretizando os objetivos do nosso projeto editorial. A qualidade dos artigos e o esforço dos autores em atender as pertinentes sugestões dos pareceristas, em um trabalho coletivo, é um sinal inequívoco que estamos no caminho certo. À todos sou extremamente grata e credito à estes colegas a qualidade desta edição.

Paradoxalmente há um sentimento de desesperança ao perceber o momento político do país, após um golpe civil e a instalação de um governo voltado para manutenção dos interesses do grande capital. Constata-se, de forma alarmante, a imposição de medidas autoritárias no sentido da redução dos direitos sociais e a falência progressiva de uma perspectiva democrática, o que produz um imenso desalento face as evidências concretas do desmonte de conquistas sociais e políticas públicas construídas com esperança por parcelas significativas da sociedade civil em passado recente. Identifica-se, ainda, a perda de credibilidade de instituições estruturantes da cidadania civil e política, caminhando a passos largos para a falência do Estado de direito na medida em que se observa a falência de uma questão central que é a separação dos poderes, ou ainda, a alternância de funções clássicas que garantem a estabilidade do Estado nacional.

No campo das políticas públicas e dos direitos humanos, a particularidade da situação brasileira impõe a relevância teórica de averiguar e refletir sobre a transformação das funções estatais. Esta análise deve ser realizada com extremo cuidado, para evitar o risco de se incorrer em posições reducionistas que, em lugar de ampliar a compreensão sobre os fatos e

fenômenos, os aprisionam em armadilhas analíticas descontextualizadas ou abstratas. não articuladas com o real. Um dos caminhos possíveis para não incorrer nesta falácia é aprofundar a relação bidimensional entre a estrutura social e as políticas sociais (ADELANTADO, 2002). Ou seja, apreender a estrutura social em sua dinâmica na produção da igualdade/desigualdade e as respostas oferecidas via políticas públicas (econômicas e sociais) setorializadas. Estas últimas entendidas como uma das formas contemporâneas do poder estatal e moduladora do nível de igualdade/desigualdade consentido e concretizado em cada formação social específica, tanto nas dimensões macroestruturais como situações particulares, abrangendo as diversas áreas e setores da vida cotidiana. Um passo importante é reconhecer, em um primeiro momento, como as ações estruturais, consubstanciadas e organizadas pelo modo de produção capitalista, condicionam a posição de classes, grupos e indivíduos ocupa na sociedade. Adelantado (2002) sugere uma concepção de estrutura social derivada, em parte, da famosa frase de Marx – os homens fazem a sua própria história, mas não sob seu livre arbítrio e sim sob circunstâncias existentes legadas pelo seu passado. Assim é mister reconhecer como se processam estas circunstâncias e, segundo o mesmo autor, as esferas ou ação produtoras de desigualdades/igualdade são produzidas pelo Estado, mercado, o âmbito doméstico familiar e as interações associativas e relacionais. Observa-se que esta segmentação é unicamente no sentido analítico uma vez que estas esferas estão em intrínseca inter-relação e a igualdade/desigualdade opera em todas as esferas com maior ou menor incidência de acordo com o movimento relacional dos sujeitos políticos e construção dos interesses incorporados à agenda pública. Este movimento relacional produz as políticas públicas, também de corte social, que nesta linha argumentativa são geradas pela estrutura social e determinam alterações nesta mesma estrutura, em um movimento reflexivo. São influenciadas por outros três eixos igualmente produtores de igualdade/desigualdade, consideradas por Adelantado (2002), ser um sujeito de direitos (patamar de cidadania efetiva), os distintos lugares que os sujeitos ocupam na proteção estatal (beneficiários ou não de programas e benefícios sociais públicos, empregados em setores formais ou informais) e, por último, a desigualdade decorrente da capacidade associativa com os recursos de poder para tornar pública suas demandas e capacidades. Estas desigualdades podem ter mais ou menos peso e acentuar-se em determinadas situações, como cerceamento democráticos, redução do Estado na proteção social e instabilidade política. Ao afirmar como se interconectam as esferas da estrutura e os eixos de desigualdade, Adelantado é categórico ao afirmar ser a estrutura interna de cada uma das esferas da estrutura social

distinta dos eixos de desigualdade produzidos por esta mesma estrutura, reiterando o caráter reflexivo das mesmas.

Partindo deste esquema analítico os textos desta edição compõem um mosaico de eixos de desigualdade produzidos nas quatro esferas da estrutura social e atendidos via políticas públicas, além de salientar o jogo dos atores políticos e as restrições às garantias dos direitos sociais na realidade brasileira. São evidentes também as constatações, nos artigos, das relações entre a estrutura societária, as estruturas particulares de cada uma das esferas de desigualdades e as políticas sociais pertinentes à desigualdade tratada como se verá a seguir.

Diretamente relacionada à esfera estatal três artigos trazem a baila programas nacionais no âmbito da segurança alimentar, educação e comunidades quilombolas. O artigo sobre segurança e soberania alimentar analisa o surgimento e desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional implementada no Brasil, problematizando a necessidade dessa política pública ser debatida não unicamente em relação ao seu aspecto evidente de combate à fome, mas ser ligada ao conceito de Soberania Alimentar, alterando fundamentalmente o lócus e o espaço de debate desta questão.

O “Programa Nacional de Assistência Estudantil: fundamentos críticos e problematizações” tem como objetivo apontar “elementos que estruturam o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) bem como desdobramentos não aparentes dessa política de governo”. O texto, na visão do autor, expressa a articulação entre a esfera estatal e mercantil e sua funcionalidade ao capital direcionado pelos organismos internacionais.

As comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais é o tema do artigo que tem como objetivo debater o acesso deste segmento populacional ao Programa Brasil Quilombola. A autora discorre sobre uma desigualdade étnico-racial e a intenção de superação de sua superação via ação estatal na oferta de benefícios e analisa o Programa Brasil Quilombola em seus quatro aspectos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos e cidadania. Destaca a participação de atores políticos e seu papel na conformação da agenda pública com vistas a transpor o hiato entre as desigualdades étnico-raciais a partir da proteção social estatal.

A desigualdade produzida de forma mais incidente na esfera mercantil é percebida em quatro textos – “Pensamento complexo, sociedade de consumo e perspectivas de sustentabilidade no universo e dinâmica das ecovilas”, “Trabalho precarizado e transtorno mental: a realidade de um CAPS em Belém-Pará” e “Categoria bancária privada: porque e

como adoecem os trabalhadores” e “Condições dos Idosos em Arranjos Unipessoais no Brasil”. O primeiro artigo assinala o papel das ecovilas no interior da sociedade de consumo e a possibilidade de alterar um paradigma mercantil. O segundo e terceiro artigo introduzem a perversa relação entre o trabalho precarizado e transtorno mental nos marcos da crise atual do capitalismo e seus impactos objetivos e subjetivos na classe trabalhadora. Os motivos mais frequentes para os adoecimentos vão desde depressão, estresse, ansiedade, LER/DORT até assédio moral vertical e horizontal. O artigo “Condições dos Idosos em Arranjos Unipessoais no Brasil” desvela a precariedade de inserção no mercado de consumo e de sobrevivência de idosos que vivem só, especialmente os elevados gastos com saúde.

Quatro textos ressaltam a relevância de atores políticos com participação de diversos segmentos da sociedade civil favorecendo o trânsito de uma desigualdade tratada no âmbito particular e doméstico para a esfera estatal com investimentos em políticas sociais e sinalizam, igualmente, como alteram, ainda que de forma extremamente reduzida, a estrutura social.

O texto intitulado “A longa jornada social das mulheres do espaço privado ao público” no Brasil focaliza sua atenção aos desafios, conquistas, revezes e estratégias vivenciadas por uma estrutura social marcada pelo patrimonialismo e a sua progressiva debilidade em face de alterações na esfera familiar que alçam uma visibilidade pública graças aos movimentos feministas que erodiram as bases fundantes da desigualdade de gênero e da violência doméstica.

O sugestivo título “Dói mais em mim: reflexões sobre o castigo físico de crianças e adolescentes” igualmente trata de uma desigualdade no âmbito doméstico familiar e aponta a controvérsia instituída na sociedade brasileira acerca da legislação protetiva de crianças e adolescentes face ao castigo físico como recurso pedagógico, e disciplinar previsto na Lei 13.010/2014. O debate teve como eixo central a suposta redução da autoridade familiar ao “[...] questionar métodos naturalizados e legitimados social e historicamente na educação desses sujeitos.”

O artigo “Violência intrafamiliar e em especial a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado ao espaço da política pública” se filia de modo inequívoco a desigualdade social no campo doméstico. Concretamente aponta evidências resgatadas da base de dados e monitoramento de denúncias de violência apresentadas ao PAEFI e CREAS, as quais comprovam ser a situação de violência vinculada diretamente as relações de poder no âmbito intrafamiliar. As autoras indicam ser a violência estrutural um produto do sistema capitalista e se manifesta na desigualdade de poder, naturalizadas no

âmbito doméstico. A invisibilidade da questão decorre da dificuldade de se construir atores políticos a partir do espaço privado.

Um outro tipo de violência praticada contra as famílias é exposto no artigo “Privação da convivência familiar: uma consequência da falta de recursos” ao abordar a institucionalização de crianças e adolescentes em abrigos de longa permanência em decorrência da situação de pobreza, violência doméstica e abandono. A desigualdade no acesso à bens e serviços necessários para a reprodução familiar torna evidente a relação com um dos eixos apontados por Adelantado (2002) – a situação de segmentos populacionais face à estrutura protetiva estatal, insuficiente no caso, para atender as demandas.

A ênfase no aspecto associativo é tratada em detalhes abordando a necessária relação do Serviço Social com as novas formas de participação cidadã. O relato da pesquisa realizada junto aos novos movimentos sociais na Espanha indica como aforam alteradas as formas de inserção e busca de apoio após desmonte dos direitos sociais a partir de 2011.

Concluimos este editorial destacando o artigo “Questão Social, crise do capital e formação profissional: desafios ao Serviço Social na contemporaneidade” que aborda a relação entre a questão social e a crise do capital em sua interação com a formação profissional do assistente social nos dias atuais. Dedicamos especial atenção às competências teóricas no deciframento da realidade por meio da análise da totalidade social fundamentada na crítica da economia política e sua importância na formação profissional. Pontua que “Ao fim e ao cabo, o desafio posto é o de entender o *modus operandi* das contradições estruturais do capital sobre as práticas sociais e profissionais que nos envolvem”

Vera Maria Ribeiro Nogueira.

Maio de 2018.

Vera Maria Ribeiro Nogueira

veramrn@gmail.com

Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta da Universidade Católica de Pelotas.